

Polêmicas para outro governo

O presidente Fernando Henrique Cardoso manifestou seu apoio às causas polêmicas, mas deixou para o próximo governo a tarefa de transformá-las em realidade. A parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de crianças sem discriminação por orientação sexual e adoção de medidas compensatórias para os negros, por exemplo, ficaram de fora do plano de

ação do governo para 2002.

Os itens, entre os mais celebrados pelas comunidades negras e gay, fazem parte da segunda edição do Plano Nacional de Direitos Humanos lançado ontem. O documento é uma lista de 518 propostas que funcionam como diretrizes para as ações de direitos humanos. Para evitar críticas de que o Plano não passa de uma lista de boas intenções, o Ministério da Justiça elaborou uma seleção de 156 das 518 propostas que estarão em efeito até o final do ano.

As ações destacadas tiveram um órgão responsável e um orçamento designado. O objetivo é permitir a fiscalização por organizações da sociedade civil. No total, os programas devem consumir R\$ 26 bilhões. Todas as propostas relativas ao direito de liberdade de opinião e expressão de crença e cul-

to e de orientação sexual ficaram de fora do plano de ação para 2002.

O presidente também assinou um decreto que irá determinar, em 60 dias, uma cota mínima para a contratação de negros, mulheres e deficientes físicos no serviço público federal e em cargos de confiança do Executivo. Hoje, há cotas de 20% para negros nos ministérios da Justiça e do Desenvolvimento Agrário. De acordo com José de Souza Martins, coordenador do Grupo de Ação Afirmativa, as cotas serão decididas caso a caso e podem variar dependendo do órgão e da necessidade de compensação.

Alguns ativistas dos direitos humanos receberam com cautela o novo plano. Oscar Vilhena Vieira, professor de direitos humanos da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), lembra que

vários pontos da primeira edição do Plano Nacional de Direitos Humanos, apresentado em 1996, não saíram do papel. A federalização das crimes contra os direitos humanos, que também está entre as propostas do documento lançado ontem, é um deles.

Colocar as medidas anunciadas ontem em prática depende de vontade política. Há oito meses de terminar o mandato e com a base de apoio no Congresso rachada ficará difícil aprovar projetos polêmicos como a parceria civil entre homossexuais. "Não adianta dizer que apóia e não colocar a bancada para votar", observa Augusto Andrade, ativista gay.

Outro projeto importante que também depende do Congresso para sair do papel trata do trabalho escravo. O projeto de lei enviado ao legislativo

prevê pagamento de três meses de seguro-desemprego aos trabalhadores libertos pelo Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho. Só em 2001, foram 2.400 homens retirados da servidão por dívida. Estima-se, porém, que quase 50% deles retornem ao cativeiro por não conseguir trabalho.

A sociedade civil, autora da maior parte das idéias incorporadas pelo Plano, também tem responsabilidade por colocar em prática as medidas. "Foi principalmente a revolução na mentalidade do povo brasileiro que levou a evolução nas leis", disse o presidente Fernando Henrique Cardoso, ontem. A partir do momento que existe uma exigência de cotas para negros e mulheres, por exemplo, cabe aos grupos organizados cobrar até que ela seja preenchida. (MO)